



COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL
E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA - CONAVEG

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA – CONAVEG

Elaboração da memória: Secretaria Executiva da CONAVEG (DEFLOR/SFDS/MMA)

Reunião realizada virtualmente

23 de abril de 2020

Início: 09h42

Término: 12h03

Participantes

Ricardo de Aquino Salles – Ministro do Meio Ambiente (MMA)

Joaquim Alvaro Pereira Leite – Secretário de Florestas e Desenvolvimento Sustentável (SFDS/MMA)

Marta de Moraes Giannichi – Diretora de Florestas (SFDS/MMA)

Clarisse Fonseca Cruz – Analista Ambiental (SFDS/MMA)

Giulia Helena Maganini Sterchele – Assessora técnica (SFDS/MMA)

Ricardo José Macedo dos Santos – Auditor Federal de Finanças e Controle em exercício (SPE/ME)

João Francisco Adrien – Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais (GAB-GM/MAPA)

Henrique Pinheiro Veiga – Coordenador-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas (CGRB/MDR)

Thiago Marcantonio Ferreira – Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da CG Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (MJSP)

Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira – Coordenador-Geral de Biomass (CGBI/DEPPD/SEFAE/MCTIC)

Rafael Costa – Diretor de Produtos (CCG/CENSIPAM/DEFESA)

Ana Carolina Gonçalves Jardim – Secretaria assessoria socioambiental (MAPA)

Hélio Fernando Rosa de Araújo – Assessor Especial (VPR)

Moraes José Lopes Junior – Assessor de temas institucionais (VPR)



Abertura

O Secretário Joaquim Leite abriu a reunião agradecendo a presença de todos e convidando os participantes para uma breve apresentação individual.

Em seguida, os participantes acompanharam a apresentação “Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa – CONAVEG - 1ª Reunião” disponibilizada em tela compartilhada.

O Secretário Joaquim Álvaro Pereira Leite iniciou a apresentação.

Foi sugerida a seguinte programação:

- 10h00** Abertura e Apresentação das competências da comissão e regimento
- 10h30** Aprovação do balanço de execução e encerramento PPCDAm e PPCerrado
- 10h45** Apresentação do Novo Plano Nacional para Controle do desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa
- 11h30** Apresentação das propostas de câmaras temáticas
- 11h30** Encaminhamentos de tarefas para participantes e estabelecimento de prazos
- 11h45** Encerramento

Plenária

Marta Giannichi (MMA) destacou que os membros tiveram acesso antecipado para fazer ajustes na última versão do Balanço de Execução de 2019. Antes da reunião os membros receberam o documento consolidado para aprovação na reunião.

Thiago Marcantonio Ferreira (MJ) pontuou que as informações do balanço do PPCDAm e PPCerrado haviam sido validadas por e-mail. No entanto, fazendo um levantamento interno, identificou-se uma inconsistência, principalmente na quantidade de procedimentos instaurados. Uma revisão está sendo realizada em breve e será encaminhada. Ricardo Salles (MMA) sugeriu a aprovação do encerramento do PPCDAm e PPCerrado na forma apresentada e que eventuais retificações sejam feitas separadamente.

João Adrien (MAPA) parabenizou o MMA pelo processo de consulta, pelo tempo dado em fazer as considerações, para organizar os dados importantes. O processo foi muito bem feito.

MMA iniciou o procedimento para aprovar o encerramento do PPCDAm e PPCerrado e aprovar o novo Plano de Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa que deverá incluir propostas que serão apresentados no Conselho Nacional da Amazônia Legal, em especial na região de sua abrangência e contribuirá no futuro para ações integradas de controle e combate ao desmatamento e redução do desmatamento ilegal.



1ª Aprovação: Balanço de Execução do PPCDAm e PPCerrado de 2019 e encerramento do mesmo. Aprovado por unanimidade.

Durante a apresentação feita pelo MMA do novo Plano para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, alguns participantes levantaram comentários.

Ricardo Santos (ME) solicitou exemplos sobre o tema de seguros ambientais.

Joaquim Leite (MMA) citou que um exemplo seria um seguro para as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, no qual o produtor poderia ter algum benefício por estar ambientalmente correto. Hoje se faz o monitoramento da produção agrícola. Além de monitorar aquilo que é lavoura, pode-se monitorar floresta e pagar um prêmio no seguro safra ou dar um bônus de seguro contra incêndio.

Luiz Henrique (MCTIC) perguntou sobre a atuação do MMA com relação ao projeto de lei sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que tramita no Senado e mencionou que ela possui algumas restrições.

Joaquim Leite (MMA) informou que a proposta do MMA é que a lei tivesse um cunho liberal a fim de fomentar um novo mercado de Serviços Ambientais. Durante a tramitação na Câmara deste Projeto de Lei (PL), o MMA sugeriu a retirada da restrição de PSA em Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. O PSA já acontece em APP, um exemplo é o programa produtor de águas da Agência Nacional de Águas. Outro exemplo é o Floresta+ que vai pagar PSA sobre estas áreas, sendo dinheiro público, neste caso o recurso do Fundo Verde do Clima da ONU, então não poderíamos pagar. Essa articulação já foi feita e parece que o Senado vai fazer esta correção no PL. O MMA irá regulamentar o artigo 41º do Código Florestal e em seguida regulamentar o PL quando aprovado, que abrange mais territórios além de floresta.

João Adrien (MAPA) destacou a relevância do tema de PSA. Considerar temas produtivos agrícolas como Agrofloresta e Integração Lavoura Pecuária e Floresta é algo bastante relevante e inovador. Tratar este tema como não só puramente florestal, mas sim como sistemas agrícolas sustentáveis, é uma grande discussão internacional. Ressaltou que o MAPA está de acordo com essa visão.

Joaquim Leite (MMA) complementou que os instrumentos econômicos para conservação da floresta não foram substancialmente tratados no passado. A lógica do PSA é reverter isso, para que os setores possam contribuir pagando e valorizando. Uma reversão no modelo político anterior de punição visando a redução do desmatamento. Este modelo está exaurido.

Ricardo Santos (ME) reafirmou que o ME é totalmente favorável a visão de que a questão ambiental, deve ser enxergada como ativos ambientais e que precisam ser valorados e remunerados. Esta é a melhor forma para se atingir a conservação, em



comparação aos mecanismos tradicionais de comando e controle. O PSA, é um guarda-chuva, no qual várias ações podem ser incluídas. É o caminho mais promissor com possibilidade de resultados concretos, tanto pelo setor privado quanto o público, que atua como provedor e beneficiário. Ainda existe a questão da validação e homologação do CAR. A ideia é diferenciar o produtor que esteja numa regularidade ambiental completa, merecendo um tratamento diferenciado em relação a quem ainda não está regularizado. Uma ideia que o ME tem é promover uma diferenciação do crédito rural. Uma validação do CAR que diferencie as propriedades em termos de *full compliance*, ou ativos com pendência ou ainda inativo. Introduzir essa diferenciação é necessário para fazer um instrumento econômico premiando quem estiver regular e motivando quem ainda não está.

2ª Aprovação: Novo Plano Nacional Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa – CONAVEG. Aprovado por unanimidade.

O MMA prosseguiu a reunião com a apresentação do regimento interno da CONAVEG, mencionando que o conteúdo é predominantemente o que já consta no decreto. O que foi incluído além, foi lido em voz alta e disponibilizado em tela compartilhada para que todos acompanhassem. Os participantes fizeram pequenas contribuições.

3ª Aprovação: Regimento Proposto. Aprovado por unanimidade.

O MMA apresentou proposta de criação de Câmaras Consultivas Temáticas (CCT) nos temas de: Prevenção, Controle e Combate à Incêndios Florestais (Incêndios), Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Financiamentos para Recuperação da Vegetação Nativa (Recuperação). Os membros sugeridos para CCT de Incêndios são: MMA (coordenador), IBAMA, ICMBio e MAPA. Para CCT de PSA são: MMA (coordenador), ME e MAPA. E para a de Recuperação: MMA (coordenador), ME e MAPA. Primeiramente foi apresentada a proposta da **CCT de Recuperação**. Henrique Veiga (MDR) manifestou interesse em participar da CCT de recuperação, devido ao trabalho desenvolvido com recuperação de bacias. Não houve objeções e o MDR foi incluído no texto como membro. Luiz Henrique (MCTIC) sugeriu que o MCTIC e outros ministérios que não possuem tanto envolvimento com os temas participassem das CCTs como convidados para contribuir com as agendas. Não houve objeções. O MMA incentivou a participação de convidados para contribuir com o tema, ao mesmo tempo que seja preservado o número máximo de membros, mantendo a CCT enxuta para agilidade e praticidade.

4ª Aprovação: Resolução da Câmara Consultiva Temática de Recuperação. Aprovada por unanimidade.

O MMA prosseguiu com a apresentação do texto da CCT de PSA. Todos concordaram com o texto. Luiz Henrique (MCTIC) comentou que o MCTIC coordena o Projeto GEF Conexão Mata Atlântica, que visa justamente demonstrar o uso do PSA para



recuperação e manutenção do bioma Mata Atlântica. O MCTIC tem um projeto que será gerenciado pelo BID. Este tema é de total interesse deste ministério, e em demonstrar o impacto desse instrumento. Importante o ministério MCTIC participar e contribuir para a discussão, solicitou de envolvimento, sem solicitar assento. Não houve objeção.

5ª Aprovação: Resolução de PSA. Aprovado por unanimidade.

O MMA prosseguiu com a apresentação do texto da CCT sobre Incêndios. Não houve nenhuma sugestão ou comentário sobre esta CCT.

6ª Aprovação: Resolução sobre prevenção combate aos incêndios florestais. Aprovado por unanimidade.

Sobre a articulação dentro das câmaras temáticas, João Adrien (MAPA) perguntou se há previsão para ocorrer a primeira reunião das CCTs e qual a periodicidade dos encontros. Ricardo Santos (ME) destacou que as CCTs têm prazo de 60 dias para apresentar o estudo, podendo ser prorrogadas mais 60. Sendo assim, a dinâmica das comissões respeitando este prazo, ficaria a critério dos membros, estipular as dinâmicas desde que respeitando os prazos. Marta Giannichi (MMA) informou que a partir da nomeação dos membros, fica a cargo da Coordenação da CT articular esse cronograma conforme necessidade. O próximo passo das CCTs é envio de ofícios para nomeação e designação dos membros em portaria. A partir daí, a própria CCT estipula o cronograma para a elaboração do plano de trabalho.

Considerações finais e encerramento

Luiz Henrique Mourão (MCTIC) ponderou que a CONAVEG possui interface muito grande com a Comissão de Preservação da Amazônia Legal do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Será um desafio sincronizar ambas. É necessário haver uma relação fluida entre as Câmaras, CONAVEG e comissões do Conselho da Amazônia. Joaquim Leite (MMA) complementou que grande parte do trabalho da CONAVEG ocorrerá em sincronia com o Conselho. O novo plano, portanto, é bastante aberto, nos seus 5 eixos e 3 temas transversais, para que todas as contribuições possam ser incluídas. A ideia é utilizar o Conselho da Amazônia e suas contribuições para melhorar o plano. A CONAVEG abrange todos os Biomas, não apenas a Amazônia Legal. O PSA será um programa Nacional e é necessário olhar para todos os biomas. Já com relação ao bioma Amazônia, haverá bastante contribuição do Conselho da Amazônia.

Henrique Pinheiro Veiga (MDR) sugeriu que nos relatórios anuais de desmatamento fazer um recorte por bacia hidrográfica e não só por bioma.

Thiago Marcantonio Ferreira (MJ) também sugeriu separar as áreas federais e áreas não federais, para melhor subsidiar ações da PF. O MMA comentou que ambas solicitações são possíveis. O MMA fará exercícios para avaliar as solicitações.



COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL
E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA - CONAVEG

Sobre o tema de regularização fundiária presente no novo plano (MP 910), João Adrien (MAPA) pontuou que este é um desafio. É um debate interessante verificar o que deve ser feito com o estoque de terra pública não destinada na Amazônia e qual será o uso dessas áreas. Poderia ser uma discussão interessante incluir essas discussões nas CCTs.

Rafael (Censipam/MD) destacou que o novo Plano está bem colocado, principalmente nos eixos de PSA e recuperação da Vegetação nativa – estes temas, se bem desenvolvidos, podem promover uma postura proativa em vez de reativa em relação ao combate ao desmatamento. Uma sugestão seria estabelecer um mecanismo de acompanhamento dos trabalhos das CCTs para ser divulgado para os demais membros que não necessariamente possuem assento. Rafael também perguntou como será a validação da votação da ata.

O MMA informou que os votos sobre a deliberações serão confirmados por e-mail conforme regimento interno e que a Ata será enviada por e-mail, a fim de coletar a concordância de todos. Declarou encerrada, às 12h03 a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.